

A TRADUÇÃO E A INTERPRETAÇÃO PARA LIBRAS EM TEMPOS DE PANDEMIA: POLÍTICAS LINGUÍSTICAS E POLÍTICAS DE TRADUÇÃO

TRANSLATION AND INTERPRETATION FOR LIBRAS IN TIMES OF PANDEMIC: LANGUAGE POLICY AND TRANSLATION POLICY



Neiva de Aquino ALBRES
Professora titular
Universidade Federal de Santa Catarina
Centro de Comunicação e Expressão
Departamento de Língua de Sinais Brasileira
Florianópolis, Santa Catarina, Brasil
<http://lattes.cnpq.br/1652645656634694>
<https://orcid.org/0000-0003-1567-297X>
neiva.albres@ufsc.br

Vânia de Aquino Albres SANTIAGO
Professora
Instituto Singularidades
Pós-graduação em Tradução e Interpretação de Libras-
Português
Santo André, São Paulo, Brasil
<http://lattes.cnpq.br/4237219882494900>
<https://orcid.org/0000-0002-3533-9835>
vania.santiago10@yahoo.com.br

Resumo: Neste estudo, propõe-se uma análise do contexto de política linguística para surdos e o lugar do tradutor intérprete de Libras-Português, refletindo sobre as ações linguísticas institucionais e as práticas cotidianas de tradução e interpretação para a Libras no Brasil. Pautadas na análise dialógica do discurso de Bakhtin e do círculo de Bakhtin (2016 [1959-1961]; 2017 [1970]), utilizamos a pesquisa bibliográfica exploratória e análise qualitativa. Para tanto, selecionamos documentos textuais e visuais no intuito de descrevê-los, analisá-los e compará-los. Constatamos que, apesar da política no Brasil garantir o acesso às informações em Libras, isso ocorre de fato pela via da tradução proveniente das comunidades de surdos e de intérpretes. Esse fato escancara as desigualdades sociais, principalmente a linguística, considerando que a prevenção ao Covid-19 é a única saída no momento e a informação técnica de higienização e isolamento ou distanciamento social como também de recursos providos do governo para a subsistência são veiculados majoritariamente pela língua portuguesa oral. As desigualdades são minimizadas pela ação de tradutores e intérpretes de Libras-Português ouvintes e surdos que unidos desenvolvem uma política linguística de baixo para cima essencialmente pela tradução e pela interpretação.

Palavras-chave: Tradução e interpretação. Libras. Bakhtin. Discurso. Política linguística.

Abstract: *In this study, we propose an analysis of the linguistic policy context for the deaf and the place of the translator interpreter Libras-Portuguese, reflecting on the institutional linguistic actions and the daily practices of translation and interpretation for Libras in Brazil. Based on the dialogical analysis of Bakhtin's discourse and the circle (2016 [1959-1961]; 2017 [1970]), we used exploratory bibliographic research and qualitative analysis. For this, we selected textual and visual documents in order to describe, analyze and compare them. We found that, despite the policy in Brazil guaranteeing access to information in Libras, it actually happens through translation from the deaf and interpreter communities. This fact opens wide the social inequalities, mainly the linguistic ones, considering that the prevention to Covid-19 is the only way out at the moment and the technical information of sanitation and isolation or social distancing as well as resources from the government for subsistence are mostly transmitted by the oral Portuguese language. Inequalities are minimized by the action of translators and interpreters of Portuguese-pound hearing and deaf people who together develop a bottom-up linguistic policy essentially through translation and interpretation.*

Keywords: *Translation and interpretation. Libras. Bakhtin. Discourse. Language policy.*



Este é um artigo em acesso aberto distribuído nos termos da Licença Creative Commons Atribuição que permite o uso irrestrito, a distribuição e reprodução em qualquer meio desde que o artigo original seja devidamente citado.

This is an Open Access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original article is properly cited.

Introdução

A história da sociedade moderna é marcada pela construção dos direitos humanos. Reconhece-se a necessidade de atenção à problemática da desigualdade social e formaliza-se por motivo de grandes crises humanitárias intensificadas por guerras e epidemias tensionando as Nações a garantirem parâmetros visando à proteção da vida, integridade física, saúde, educação, assistência social, segurança, e demais direitos fundamentais, destacando os grupos mais vulneráveis da sociedade, como: idosos, crianças e adolescentes, pessoas com deficiência, mulheres, pessoas em situação de rua, refugiados e imigrantes, populações em situação de miséria, entre outros.

No ano de 2020, em poucas semanas o Brasil se transformou, logo após outros países do mundo, em um efeito cascata, serem acometidos pela propagação de um vírus novo, de taxa de transmissão alta e com acometimentos, em muitos casos, letais. Vivemos uma situação complexa de tensão entre saúde e economia, reflexo da globalização. Dentre as primeiras orientações sobre o vírus estava o distanciamento social, comportamento que muda radicalmente os modos de viver e de interagir com o mundo. Consequentemente, muitas dúvidas surgem, além da sensação de angústia e ansiedade. Se por um lado há muitos pontos obscuros, por outro, observa-se o discurso de solidariedade, conectividade e caridade.

No Brasil, temos um conjunto de legislação que garante direitos básicos e direitos de comunicação, informação e atendimento em Libras para as pessoas surdas (Lei n. 10.436, 2002; Decreto-Lei n. 5.626, 2005; Lei n. 13.146, 2015). A diferença linguística combinada com a situação de exclusão social aumenta consideravelmente a condição de vulnerabilidade de diferentes grupos. No Brasil, além do português, as línguas indígenas, língua de sinais – Libras e línguas de imigrantes circulam no território nacional conforme o Inventário Nacional da Diversidade Linguística (INDL), constituído pelo Decreto Federal nº 7.387/2010 (Lei n. 7.387, 2010). Um primeiro desafio é alcançar essas comunidades com informações e notícias relacionadas ao novo Covid-19.

O problema que motivou esta pesquisa foi compreender em que frentes a comunidade surda é atendida diante de um panorama emergencial de saúde pública e de situação sanitária contra o vírus Covid-19. A busca é por entender os desdobramentos sociais e tradutórios a partir da situação de pandemia. Para tanto, levantamos as seguintes questões de pesquisa: Quais são as ações da comunidade surda na luta pelos seus direitos linguísticos? De que maneira a comunidade surda se articula com outras entidades em prol dessa minoria linguística? Como as instituições reforçam ou dificultam a implementação de políticas linguísticas e políticas de

tradução e de interpretação? Na tentativa de responder a estas questões, nosso objetivo neste artigo é problematizar as dificuldades e possibilidades da implementação de políticas de tradução e de interpretação em situações extremas como do Covid-19 no Brasil.

1 Fundamentos: articulação entre Estudos da Tradução e Política Linguística

Um conjunto de postulados científicos do campo disciplinar dos Estudos da Tradução indica que as primeiras teorias estavam atreladas à linguística e à prescrição de normas da tradução. Essas teorias organizam-se em abordagens distintas a depender de seus princípios, fundamentos e concepções de linguagem. As pesquisas, aos poucos, deslocaram o seu foco para questões mais amplas, como contexto, historicidade e normas para além da fidelidade e equivalência em tradução (Bassnett & Lefevere, 1990; Saldanha, 2009).

Apresentamos uma problematização da atuação de tradutores e intérpretes de línguas de sinais em movimentos políticos e sociais, compreendendo estes agentes sociais como colaboradores para o panorama das conquistas políticas da comunidade surda e da inclusão de Tradutores e Intérpretes de Libras-Português como serviços essenciais e a Libras como direito fundamental do cidadão surdo, como previsto na legislação (Brasil, 2014, 2015).

É fato que há um processo de transformações sociais que engendram as políticas em geral e, especificamente, as voltadas às minorias linguísticas, reconhecendo nesse ponto o multilinguismo no Brasil. Não se pode perder de vista que as revoluções tecnológicas têm agenciado profundas transformações nas formas de produção e difusão do conhecimento também em Libras, das formas de organizações sociais e de relações humanas. O acesso aos bens culturais a todos é um problema social. Esses são desafios que se impõem aos projetos de um mundo mais igualitário e justo.

Esse processo histórico, que não acontece da mesma forma e na mesma velocidade em diferentes grupos sociais na contemporaneidade, tem contribuído com a discriminação, além de gerar, em sua dinâmica, formas de excluir cada vez mais os excluídos, sobretudo em seus direitos básicos. Conhecer, analisar e problematizar as políticas públicas (linguísticas e tradutórias) mostra-se fundamental para perscrutar o sentido de política linguística como direito e da tradução e a interpretação para Libras como dever do Estado.

Calvet (2007, p. 12) compreende política linguística como a “determinação das grandes decisões referentes às relações entre as línguas e a sociedade”. Nesse sentido, se faz importante problematizar o planejamento linguístico, que seria a implementação das políticas para os usos das línguas em determinado tempo-espço (*Language policy and planning* – LPP). Dessa

forma, política linguística e planejamento linguístico são conceitos indissociáveis para a gestão das situações linguísticas e têm duas frentes:

uma que procede das práticas sociais e outra da intervenção sobre essas práticas. A primeira, que denominaremos de gestão *in vivo*, refere-se ao modo como as pessoas resolvem os problemas de comunicação com que se confrontam cotidianamente. [...] isso não tem nada a ver com uma decisão oficial, com um decreto ou uma lei: tem-se aqui, simplesmente, o produto de uma prática. [...] outra abordagem dos problemas do plurilinguismo ou da neologia: a do poder, a gestão *in vitro*. Em seus laboratórios, linguistas analisam as situações e as línguas, as descrevem, levantam hipóteses sobre o futuro das situações linguísticas, propostas para solucionar os problemas e, em seguida, as políticas estudam essas hipóteses e propostas, fazem escolhas, as aplicam. (Calvet, 2007, p. 12).

4

Ben-Rafael et al. (2006) corroboram com o conceito de sinais da paisagem linguística (*linguistic landscape - LL*) os categorizando como “de cima para baixo” (*top-down*) e “debaixo para cima” (*bottom-up*) e os conceituam assim:

[...] isto é, entre elementos da paisagem linguística utilizados e exibidos por agentes institucionais, os quais, de uma maneira ou de outra, agem sob controle de políticas locais ou centrais, e aqueles utilizados por atores individuais, associações ou corporações que desfrutam de uma autonomia de ações dentro dos limites legais. (Ben-Rafael et al., 2006, p. 10, tradução nossa)¹.

Contudo, políticas “de baixo para cima” (Ben-Rafael et al., 2006) adotadas por uma variedade de partes interessadas (grupos comunitários, empresas individuais, particulares) também deixam rastros visíveis na paisagem linguística, e a maneira como as línguas são usadas nessas manifestações interage de formas interessante com a legislação. Considerando as escolhas linguísticas na paisagem linguística que emanam das “bases”, é preciso ter em mente que elas têm o potencial de corrigir as desigualdades de poder (Tollefson, 2013).

Garcez e Schulz (2016) corroboram com a desconstrução da ideia de política linguística apenas como ação do Estado ao indicar que a vida real é reflexa, em grande parte, por políticas linguísticas implícitas, mobilizadas pelos atos de pessoas de carne e osso que estabelecem as

ALBRES, Neiva de Aquino; SANTIAGO, Vânia de Aquino Albres. A tradução e a interpretação para Libras em tempos de pandemia: políticas linguísticas e políticas de tradução. *Revista Belas Infieis*, Brasília, v. 10, n. 1, p. 01-30, 2021. e-ISSN: 2316-6614. DOI: doi.org/10.26512/belasinfeis.v10.n1.2021.33839

línguas de uso e quais usos serão feitos delas. Nesse sentido, a agentividade nas proposições e nas implementações de ações de política linguística podem ter um papel importante e pró-ativos nesses processos.

Essa paisagem relaciona-se “a presença (ou ausência) de itens de idiomas específicos, exibidos em idiomas específicos, de uma maneira específica, envia mensagens diretas e indiretas sobre a centralidade versus a marginalidade de certas línguas da sociedade” (Shohamy, 2006, p. 110, tradução nossa)².

Nesse sentido, há pelo menos três aspectos que determinam a paisagem linguística “da política de linguagem: práticas de linguagem (escolhas e normas habituais de linguagem), crenças ou ideologia da linguagem (situadas valores sobre idiomas) e escolha de idioma na sinalização e extrapolar ideologias linguísticas das relações linguísticas visualmente projetadas”. (Spolsky, 2004, p. 14, tradução nossa)³

O LPP (política linguística e planejamento) pode se relacionar direta e explicitamente com a LL (paisagem linguística) quando as políticas e o planejamento visam especificamente gerenciar o uso do idioma público (Backhaus, 2009). O relacionamento também pode ser indireto, por exemplo, quando se pode rastrear ideologias de políticas gerais de linguagem para as configurações de uso da linguagem na sinalização, mesmo quando a política não é direcionada diretamente para o LL ou quando o uso da linguagem visual no LL se torna ilegível ao ponto em que as normas tornar-se política de fato (Shohamy, 2006, pp. 110-114; Spolsky, 2009, p. 252).⁴ (Hult, 2018, [s.p.], tradução nossa).

2 Aspectos ideológicos e o cenário linguístico

A atividade de tradução e de interpretação de língua de sinais envolve as relações entre surdos e ouvintes em diferentes cenários. A situação atual de pandemia nos atualiza sobre uma historicidade e sobre vida em comunidade, mais especificamente trataremos da comunidade surda, contexto em que convivem pessoas surdas, alguns de seus familiares ouvintes, professores e tradutores e intérpretes de Libras, círculo de relações cotidianas que não se organiza a partir de um território demarcado, mas das relações entre pessoas que utilizam prioritariamente a língua de sinais. Não obstante, os próprios intérpretes e tradutores também produzem enunciados sobre o seu fazer, enunciados esses que perpassam sentimentos de responsabilidade e solidariedade. “Convenhamos chamar todo o conjunto das vivências

ALBRES, Neiva de Aquino; SANTIAGO, Vânia de Aquino Albres. A tradução e a interpretação para Libras em tempos de pandemia: políticas linguísticas e políticas de tradução. *Revista Belas Infieis*, Brasília, v. 10, n. 1, p. 01-30, 2021. e-ISSN: 2316-6614. DOI: doi.org/10.26512/belasinfieis.v10.n1.2021.33839

cotidianas – que refratam e refletem a existência social – e das expressões exteriores ligadas diretamente a elas de ideologia do cotidiano” (Volóchinov, 2019, p. 260). Volóchinov (2019) explica que

não se deve pensar a ideologia do cotidiano como algo íntegro, monolítico, homogêneo e semelhante em todas as suas partes, assim é necessário distinguir na ideologia do cotidiano suas camadas das mais inferiores, voláteis e mutáveis, até as mais superiores, que estão em contato direto com os sistemas ideológicos (p. 260).

Desde o início da pandemia, e em especial quando aumentam os casos no Brasil, vemos o movimento da comunidade surda, alguns professores surdos e alguns Tradutores-intérpretes de Libras (doravante TILS) mais experientes envolvidos na produção e tradução de material, bem como na interpretação de notícias e pronunciamentos para proporcionar informação aos surdos sobre o tema. Identificamos a produção de enunciados nessa direção, pois observar esse cenário é profícuo para diferentes linhas de estudo. Para Bakhtin, não há objeto científico nas ciências humanas que não seja discursivo. Isso significa dizer que o objeto das ciências humanas é o texto no seu sentido mais amplo e mais específico pronto para ser interpretado (Bakhtin, 2016).

Nesse movimento, compreendemos que a língua é tomada não como um sistema de categorias gramaticais abstratas, mas ideologicamente preenchida. Em outras palavras a língua é vista enquanto cosmovisão e até como uma opinião concreta que assegura um *maximum* de compreensão mútua em todos os campos da vida ideológica. Em diferentes situações, ela cria cenários e se atualiza nesses cenários. “A língua única exprime as forças da unificação verboideológica concreta e da centralização que ocorre numa relação indissolúvel com os processos de centralização sociopolítica e cultural” (Bakhtin, 2015, p. 40).

Para Volóchinov (2017), somente por meio de uma pesquisa sociológica nos aproximamos de esclarecer a essência daqueles fenômenos ligados aos conflitos dos discursos interior e exterior, à consciência, orientados para o “outro”. É na palavra, ou seja, na expressão exterior, que se realizam os inúmeros fios ideológicos que penetram todas as áreas da comunicação social. Aqui consideramos o tema do acesso à informação na situação da pandemia do Covid-19. Nesse sentido, a palavra será o indicador mais sensível das mudanças

sociais, sendo que isso ocorre onde essas mudanças ainda estão se formando e ainda se constituirão novos sistemas ideológicos.

A palavra é o meio em que ocorrem as lentas acumulações quantitativas daquela as mudanças que ainda não tiveram tempo de alcançar uma nova qualidade ideológica nem de gerar uma nova forma ideológica acabada. A palavra é capaz de fixar todas as fases transitórias das mudanças sociais, por mais delicadas e passageiras que elas sejam. (Volóchinov, 2017, p. 106).

Conforme a teoria dialógica, no olhar com as lentes de uma perspectiva linguística-enunciativo-discursiva, se entende texto como resultado das diversas confluências, imbricações discursivas, ideologicamente envolvidas, em que nos constituímos como seres humanos, pensantes e produtivos. E é nesse cenário que a língua e que as formas de interação social se modificam e criam novas paisagens linguísticas, acionadas por relações de poder e coerções advindas das mais diferentes classes e grupos sociais. É, portanto, também a partir desse pensamento que partiremos para a interpretação de alguns dos muitos discursos que se relacionam e formam o contexto da pandemia do Covid-19 para a comunidade surda no Brasil.

7

3 Metodologia de pesquisa

Para a realização desta pesquisa, utilizamos uma abordagem qualitativa. Segundo Minayo (2002), “a pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado”. (p. 14) Esta abordagem tem o foco em compreender o fenômeno em si com todo o seu contexto histórico social. Nesta pesquisa, buscamos compreender não somente o recorte dos espaços de tradução e de interpretação de Libras-Português, mas de todo o contexto social, político e ideológico que a comunidade surda brasileira vive no período da pandemia do Coronavírus.

A metodologia da pesquisa é qualitativa e interpretativa (Denzin & Lincoln, 2003/2006), com geração de dados por meio de seleção de documentos (Flick, 2009), em perspectiva etnometodológica e sociolinguística (Mishler, 2002).

Documentos são meios de comunicação que foram criados com uma finalidade: destinados para que alguém tenha acesso a eles, logo é importante entender quem o produziu e com qual objetivo, não apenas como ‘contêineres de informações’; é preciso compreender seu contexto. A pesquisa documental consiste em técnicas para coletar, compreender e analisar

estes materiais, que devem responder às questões iniciais, extraindo as informações relevantes para compreender o fenômeno (Flick, 2009).

Dessa forma, este trabalho, caracteriza-se por ser um estudo documental, em que variados registros foram tomados como fontes para a compreensão do fenômeno do movimento social dos intérpretes. Caracteriza-se, portanto, por uma análise de enunciados, neste caso, de um conjunto de documentos veiculados em redes sociais em período de distanciamento social e quarentena no ano de 2020, que permitem compreender como a comunidade surda se organiza, assim como os intérpretes a fim de interpretar os acontecimentos sociais.

Os grupos estudados foram surdos falantes de Libras e ouvintes tradutores/intérpretes Libras-Português, dos quais a maioria é cidadão brasileiro. O estudo concentrou-se no grau de visibilidade da língua de sinais em materiais públicos e privados em Libras e português na televisão e internet (redes e mídias sociais) articulando-as com discursos dos TILS e de entidades representativas da comunidade surda.

De acordo com o esquema da Figura 01, no sentido *top-down* consideramos os pronunciamentos do presidente da república e informes do ministro da Saúde e de sua equipe, também consideramos os pronunciamentos de governadores dos Estados e prefeitos dos municípios. No sentido *bottom-up*, consideramos discursos e ações circulantes nas redes sociais, atividades realizadas por instituições de ensino e pesquisa (universidades e institutos) e por entidades representativas da comunidade surda, como por exemplo: Feneis (Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos), Febrapils (Federação Brasileira das Associações dos Profissionais Tradutores e Intérpretes e Guia-Intérpretes de Língua de Sinais) e Wasli (*World Association of Sign Language Interpreters*).

Figura
1: Esquema de direção da política linguística



Elaboração: o autor (2020)

4 Movimento político procedente da comunidade surda: uma análise das políticas linguísticas

Tomar como ponto de partida para análise o cotidiano linguístico de um país em meio a uma condição de “guerra” sanitária sem precedentes no mundo é uma tarefa desafiadora. Significa, no nosso contexto, observar os estímulos linguísticos visuais, perceber as escolhas linguísticas, preferências e as condicionantes para elas, além de reconhecer o sofrimento linguístico experienciado pela comunidade surda em território brasileiro. Mensagens em redes sociais de pessoas surdas pedindo que interpretem mensagens, matérias, jornais entre outros textos sobre o Covid-19 foram recorrentes. Observamos que há um descompasso entre a política pública (direitos linguísticos garantidos) e a efetiva disponibilização das informações sobre o Coronavírus em tempo igual ao veiculado em português oral em jornais e matérias televisivas ou em português escrito em revistas, blogs e sites.

Para Spolsky (2016), as políticas linguísticas envolvem não somente a gestão das línguas, mas, também, as práticas de linguagem, valores sociais e crenças a respeito delas. Nesse sentido, o cenário brasileiro diante da pandemia merece ser estudado. A seguir, apresentamos os discursos institucionais e as ações de grupos de tradutores e intérprete, principalmente.

No Brasil, o início da pandemia foi registrado em noticiários na última semana de fevereiro. Logo se tornou assunto nos jornais e programas de entretenimento e de revistas. Houve pronunciamentos oficiais de prefeitos, governadores e do presidente, da organização mundial da saúde e o ministério da saúde internamente.

As emissoras de TV em todos os jornais e boletins diários informam de tudo, desde higienização das mãos, da necessidade de evitar aglomerações e contatos desnecessários, de só sair de casa quando essencial. Não pelo fato de que contrair a doença seria necessariamente grave, mas porque, assim, evitaria se transformar numa fonte de contágio para aqueles que realmente correm risco maior, como idosos ou diabéticos, ou ainda para “achatar a curva”. Essas eram as informações iniciais, logo depois de conhecer um pouco mais sobre a letalidade do vírus as informações vão se modificando. Surgem evidências de que a doença não afeta apenas os idosos e que ações essenciais de prevenção como o uso de máscaras vão tomando lugar nos discursos.

Nesse sentido, destacamos que o *corpus* deste estudo compreende uma inter-relação entre discursos sobre a temática da pandemia Covid-19 apresentados, principalmente, na esfera jornalístico-televisiva; esfera de conferências do tipo informativas organizadas pelo poder público; e a esfera de produção de material audiovisual informativo por diversas instituições públicas, privadas e ONGs.

Diante de múltiplos discursos que coocorrem, selecionamos alguns excertos para construir a análise. Na Figura 02, ilustramos o Brasil com as entidades que compõem esse cenário, objeto construído a partir do olhar para diferentes instâncias que interatuam nesse contexto. Considerando o espaço do artigo, vamos focar nos discursos do Governo Federal, do Estado de Santa Catarina e Município de Florianópolis, assim como das entidades representativas da comunidade surda.

Figura 02: Esquema sociedade brasileira e a acessibilidade à informação Covid-19



Elaboração: o autor (2020)

4.1 Governo Federal

O Governo Federal elege como forma de comunicação com a sociedade pronunciamentos do presidente, o que é de praxe, coletivas de imprensa quase diárias com o ministro da saúde e eventuais coletivas com o ministério da economia, disponíveis nos canais oficiais do governo no *Youtube* e na TV BrasilGov, e retransmitidas por diversos canais de televisão, abertos e pagos.

Quando do início da pandemia, os informes do então ministro da saúde Luiz Henrique Mandeta, os jornais de TV e os programas de diferentes emissoras não possuíam Tradução Audiovisual Acessível (Figura 03) o que ocasionou grande desinformação a apreensão da comunidade surda. Apesar de ser obrigatória por lei, a maioria das emissoras de rádio e televisão não têm disponibilizados os recursos de: I - Subtitulação por meio de legenda oculta; II – Janela com intérprete de Libras⁵; III – Audiodescrição, como previsto na Lei Brasileira de Inclusão (artigo 67, Lei n. 13.146, 2015).

Figura 03: Pronunciamento do ministro da saúde sem interpretação veiculado pela TV Brasil



Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=DEWqY3RNhac>

Quando isso acontece, é comum que organizações não governamentais, associações de surdos e intérpretes e a comunidade de intérpretes passem a assumir o papel do governo, suprimindo a ausência de ações públicas já previstas em políticas públicas. Assim, começamos a evidenciar a política de baixo para cima a partir de ações promovidas pela própria comunidade surda.

Algumas ações podem ser citadas, tais como pressão política, por meio de ofícios emitidos pela senadora Mara Gabrilli para o ministro da Cidadania (Onyx Lorenzoni), ministro das Comunicações/Tecnologia (Marco Pontes) e para o vice-presidente de ANCINE para cobrar e garantir das emissoras de TV o oferecimento dos recursos de acessibilidade em lei, para que todos os surdos cidadãos brasileiros pudessem ter acesso à informação.

ALBRES, Neiva de Aquino; SANTIAGO, Vânia de Aquino Albres. A tradução e a interpretação para Libras em tempos de pandemia: políticas linguísticas e políticas de tradução. *Revista Belas Infêis*, Brasília, v. 10, n. 1, p. 01-30, 2021. e-ISSN: 2316-6614. DOI: doi.org/10.26512/belasinfeis.v10.n1.2021.33839

Percorrendo a linha histórica de publicações da TV BrasilGov, apenas nos pronunciamentos de início de abril passou a ser comum a inserção de tradução audiovisual da língua de sinais (TALS) (Figuras 04). Desde o início da pandemia foram dois meses sem acesso às informações pela comunidade surda em tempo hábil para se proteger.

Figura 04: Interpretação oficial TV Brasil – Palácio do Planalto



Fonte: https://www.youtube.com/watch?v=-SsnB8-OQw&fbclid=IwAR3yWAW5LXY0onRgGny_vFcOSeN1T6aOAnpVYpc6ooxB69TYBS8Ls4IV6N8

12

O presidente da república, desde o período de campanha eleitoral para o cargo de presidente, assumiu como espaço de comunicação as redes sociais, disponibilizando informações por meio de “lives”, além de pronunciamentos oficiais que demandam uma estrutura mais robusta. A interpretação simultânea para a Libras passa a ser algo corriqueiro, principalmente no processo de campanha eleitoral, e algumas vezes também de forma extraoficial nas comunicações não oficiais feitas pelo presidente em exercício. Essas ações têm proporcionado visibilidade significativa para a profissão do tradutor/intérprete desde então. No entanto, oficialmente a acessibilidade de informação em Libras ainda não é uma premissa nas comunicações do governo federal de modo geral e abrangente aos ministérios de governo.

Assim, mesmo que nas coletivas de imprensa no Palácio do Planalto sobre a Covid-19 não tivessem tradução audiovisual da língua de sinais (TALS), os pronunciamentos oficiais e “lives” do presidente eram acompanhadas por interpretação, como ilustrado na Figura 05. Esse fato evidencia maior prestígio dado aos discursos de viés político e ideológico em comparação ao discurso técnico científico do ministério da saúde.

Ressaltamos que a oferta de acessibilidade em Libras e legenda para comunidade surda por parte da administração pública deveria ser irrestrita, em especial mediante ao cenário de pandemia e com necessidade de veiculação de informações essenciais e emergenciais relacionadas à saúde pública e aos ordenamentos do Governo Federal.

Figura 05: Interpretação oficial TV Brasil – Pronunciamento Oficial do Presidente da República



Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=VWsDcYK4STw>

Mesmo assim, muitas informações do governo com medidas na área econômica, da assistência social e da saúde não foram contempladas com a interpretação para Libras. Assuntos como a redução da jornada de trabalho, redução salarial, ajuda financeira para os cidadãos brasileiros em muitas coletivas de imprensa não foram interpretados. Esse fato demandou a ação da sociedade civil, iniciativa de intérpretes criando redes de comunicação paralelas. Esse fenômeno será apresentado logo depois de apresentarmos as ações do governo do Estado de SC e do Município de Florianópolis.

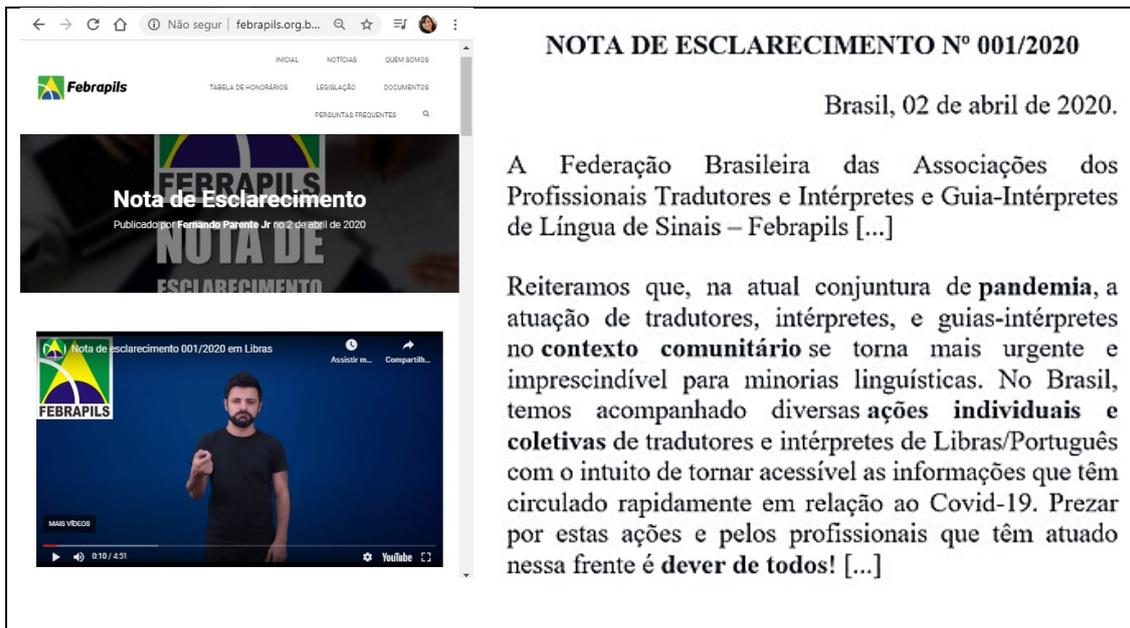
Com a pandemia já avançada no exterior, no dia 18 de março a *World federation of the deaf* (WFD) e a *World association of sign language interpreters* (WASLI) publicam orientações para proporcionar acesso à informação de saúde pública em língua de sinais nacionais durante a pandemia do Coronavírus focando na acessibilidade a informações, considerando que há mais de 70 milhões de pessoas surdas em todo o mundo (WFD / WASLI, 2020). O documento versa sobre o direito dos surdos de acesso as informações nos pronunciamentos oficiais, em jornais locais como orientações de posicionamento dos intérpretes. Esse documento fora traduzido para o português pela Federação Brasileira das Associações dos Profissionais Tradutores e Intérpretes e Guia-Intérpretes de Língua de Sinais (Febrapils) e disponibilizado na página web da instituição (Febrapils, 2020a).

Em meio a esse contexto, a Febrapils acompanhou atenta aos impactos na atuação de TILSP, como também nas necessidades regionais e locais do Brasil. Também no dia 18 de março de 2020, a Febrapils publicou uma “Carta aberta com orientações aos Tradutores, Intérpretes, e Guia-intérpretes de todo o país a respeito da COVID-19 – novo Coronavírus”, que consiste em orientações aos profissionais que atuarão nesse período (Febrapils, 2020b).

Acompanhando o cenário instaurado pela pandemia, no dia 02 de abril de 2020 a Febrapils publicou uma nota de esclarecimento (Figura 06) reconhecendo a necessidade da atuação dos profissionais tradutores e intérpretes de Libras no contexto comunitário,

principalmente nesse momento de pandemia, e parabeniza as iniciativas da comunidade nesse sentido. Essa nota de esclarecimento vem em resposta a conflitos ideológicos marcados politicamente, fortemente polarizados na comunidade surda, que desviam a atenção ao momento de emergência e de necessidade de solidarização.

Figura 06: Nota de esclarecimento Nº 001/2020 – Febrapils



Fonte: <http://febrapils.org.br/nota-de-esclarecimento/>

Em 27 de maio, a Febrapils publica a Nota Técnica sobre interpretação simultânea remota para a Língua Brasileira de Sinais (Febrapils, 2020c). Esse documento apresenta orientações para empresas de tradução e interpretação e profissionais autônomos na prestação de serviço de interpretação remota, atividade que se intensifica a partir da condição de isolamento e distanciamento social imposto pela pandemia do Coronavírus. A nota lança diretrizes para organizar essa oferta de modo a garantir um serviço minimamente satisfatório a partir o *homework* por contato remoto e interpretação com tradução audiovisual da língua de sinais (TALS) a partir do uso de ferramentas e plataformas de interação virtual.

Já a Feneis, em nota pública dia 28 de abril de 2020, menciona os direitos de atendimento na saúde mediada por intérpretes, informando aos surdos de seus direitos e menciona uma ação no Ministério Público Estadual (Regional Rio Grande do Sul) solicitando aos órgãos estaduais e municipais, responsáveis pela política pública da área da saúde, a contratação de profissionais tradutores intérpretes de Língua Brasileira de Sinais – Libras.

Observamos que a FENEIS, além das ações constantes nas diferentes representações regionais, também trabalha para munir a população surda de informações sobre a pandemia do Covid-19 e de assuntos de saúde pública e de economia relacionados a esse cenário (Figura 07).

Figura 07: Orientações sobre auxílio emergencial – Feneis-RS



Fonte: <https://www.facebook.com/rsfeneis/videos/1193361117680719/>

Paralelo a esses fatos, em âmbito nacional, cada estado brasileiro desenvolveu suas políticas locais para administrar os problemas decorrentes da pandemia do Coronavírus. Concentrando no foco deste artigo, nos debruçaremos sobre os fatos sociais do Estado de Santa Catarina e do Município de Florianópolis. Observamos que há um descompasso entre as determinações em âmbito nacional e regional, quando comparamos o Governo Federal e a cidade de Florianópolis, por exemplo.

15

4.2 Governo Estadual - Santa Catarina

Desde o princípio da crise de saúde causada pela pandemia do Covid-19, o Governo do Estado de Santa Catarina adotou seu canal no *Facebook* (Figura 08) para comunicação com a população do estado, além do site do governo.

Figura 08: Página no *Facebook* do Governo do Estado de Santa Catarina



Fonte: <https://www.facebook.com/governosc/>

No dia 26 de fevereiro é publicado o primeiro *post* tendo como tema os sintomas causados pela doença do Coronavírus com a recomendação de que a população evitar aglomerações. Nos dias 17 e 19 de março o governo publica os decretos nº 515 e 521 (Decreto n. 515, 2020a; Decreto n. 521, 2020b) suspendendo as aulas nas redes pública e privada em todo o Estado de Santa Catarina e o funcionamento de serviços não essenciais, como comércios, shopping centers, transporte coletivo, eventos e reuniões. Permanecem em funcionamento todos os serviços considerados essenciais.

A política de acessibilidade para a comunidade surda, por meio da disponibilização de Intérpretes de Libras para atuarem nas transmissões feitas pelo governador, que são veiculadas pelo canal do *Facebook* com vídeos denominados de “Ações do Governo de Santa Catarina – AO VIVO” iniciou no dia 23 de março de 2020 com uma intérprete voluntária. No dia 6 de abril a equipe de intérpretes de Libras é ampliada e passam a fazer interpretação em equipe com apoio e revezamento, compõem a equipe Deise Cléa Leonel, Vanessa Rizzotto e Aline Iolanda.

No entanto, todos os outros vídeos do canal que tratam de matérias gravadas, orientações sobre vacinação, sobre a educação remota, sobre cuidados, higienização dos alimentos, vacinação contra gripe, entrega de kits para as famílias carentes, ainda não disponibilizam a tradução audiovisual da língua de sinais (TALS). Dentre essas matérias, apenas uma pequena parte apresenta acessibilidade em Libras (Figura 09), tão somente a partir de abril de 2020.

16

Figura 09: Combate ao Covid-19 – Governo do Estado de Santa Catarina



Fonte: <https://www.facebook.com/134450246716954/videos/160348118550143/>

Nas coletivas de imprensa, quando da adoção de máscaras, somente as intérpretes não as utilizavam, visto que para a Libras as expressões faciais representam morfemas essenciais

na composição articulatória da língua, com base também na articulação orofacial, apesar das evidências sobre a importância da máscara para a prevenção (Figura 10).

Figura 10: Coletiva de imprensa Governo do Estado de Santa Catarina



Fonte: <https://www.facebook.com/governosc/videos/243405580176879/>

Constatamos as dificuldades de adequação do Governo do Estado em tornar acessível todas as informações veiculadas em seus canais de comunicação. Essa problemática é agravada pela constante circulação de *Fake News* e a escassa produção de informações técnico científicas em Libras sobre os diferentes aspectos da pandemia do Coronavírus. Foi o que levou também algumas Instituições de Ensino Superior à produção de matérias em Libras, como também de traduções de jornais e o que conduz os profissionais TILS a atuarem de forma voluntária, mesmo para entidades governamentais.

Importante destacar que o trabalho dos intérpretes em Santa Catarina também foi voluntário, ou seja, o Governo do Estado de Santa Catarina não planejou dispor de recursos para a acessibilidade, assim as intérpretes se voluntariaram para atuar nesse momento de pandemia. Esse fato foi declarado em *Live* organizada pela Associação Catarinense de Tradutores e Intérpretes de Línguas de Sinais - Acatils. No 1º Webinário da Acatils na Palestra Interpretação de informações governamentais, disponível no canal da Acatils (Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=qyuNFVklwwQ>)

Nesses webinários, tanto as intérpretes do Estado de SC quanto o intérprete que atuou na prefeitura de Florianópolis contaram sobre suas experiências com a interpretação de informações governamentais, atividade que aconteceu sem remuneração alguma, ou simplesmente com a realocação de profissional sem o pagamento específico para aquela atividade. É possível apreender do discurso dos intérpretes alguns aspectos que os levaram a refletir sobre o trabalho voluntário.

Pode-se compreender que os intérpretes aceitaram desenvolver um trabalho voluntário preocupados com a falta de informações para os surdos falantes de Libras e pela necessidade de acesso às orientações relacionadas à preservação da vida. No processo de análise, tomamos os comentários dos intérpretes como acontecimentos de linguagem e como enunciados marcados ideologicamente na tentativa de compreender as relações discursivas e efeitos de sentido, sempre considerando os interlocutores, a quem a palavra se dirige e quem é esse sujeito singular. Os discursos evidenciam a preocupação com o outro, com os surdos, e ao mesmo tempo o desprendimento e solidarização diante de um período ainda mais crítico quando falamos de acesso à informação, o que agrava a vulnerabilidade das pessoas surdas.

Seria interessante reconhecer os limites e possibilidades das ações. Não se pode negar que a presença de interpretação para Libras em pronunciamentos oficiais do governo dá visibilidade à Libras e ao TILS, como mencionado. Contudo, diante do contexto histórico e da política linguística no Brasil com leis já estabelecidas no país (Decreto-Lei n. 5.626, 2005; Lei n. 13.146, 2015), o governo deveria dispor de recursos para este fim. Desenvolver essa atividade de forma voluntária nas primeiras semanas de forma emergencial considera-se compreensível, mas atuar por meses e inicialmente sozinha é algo que profissionalmente não é bem visto como boa prática para atuação. No mesmo período, o governo de SC passou por escândalos de desvios de verbas e de compra de 200 “respirados fantasmas”, o que ocasionou a queda de dois secretários de estado, a abertura de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) na Assembleia Legislativa e um pedido de impeachment do governador Carlos Moisés (PSL) em meio a fraudes na aquisição dos equipamentos⁶. O governo teria possibilidade de prover o pagamento de uma equipe de intérpretes Libras-Português, inclusive de forma emergencial e sem muita burocracia. Nesse sentido, a decisão dos intérpretes, por mais bem-intencionada que seja, é contraditória.

Nessa perspectiva, a negociação deveria caminhar pelo reconhecimento da necessidade de contratação, tendo em vista as condições concretas de realização do trabalho interpretativo local – valorização profissional, salários e condições de trabalho. As intérpretes, durante a *live*, constatam que a negociação avançou apenas no sentido de reconhecimento da necessidade de trabalho em equipe e da ampliação do número de intérpretes.

É comum durante o horário do Jornal Nacional da emissora Globo encontrarmos no *Facebook* pessoas fazendo uma transmissão ao vivo da sala da sua casa ao lado da televisão e realizando informalmente a interpretação simultânea de Português oral para Libras a fim de produzir as informações em Libras, tornando-a acessível aos surdos. Consideramos que ações

voluntárias são importantes, como ações pessoais e coletivas, mas quando tomam o espaço do governo deveriam ser providas de recurso público.

Ordinário também se fez os depoimentos de surdos sobre como a falta de acessibilidade tem dificultado o acesso às informações oficiais sobre a pandemia do Coronavírus, veiculados em postagens pessoais ou matérias de jornal. Em entrevista concedida ao G1, pessoas surdas declaram a angústia e insatisfação. Um professor declara que "O cuidado em deixar o sapato do lado de fora, tirar a roupa e tomar banho assim que a pessoa chega em casa, essas e outras orientações eu só tive depois que todos já estavam fazendo." (Angel, 2020; Messias Ramos Costa de Brasília em depoimento ao G1)

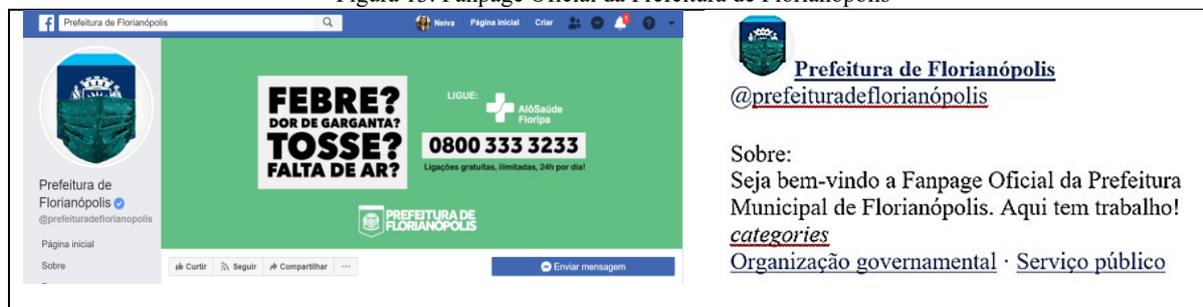
A seguir, apresentamos os dados referentes à cidade de Florianópolis que incorporou as determinações do Estado de Santa Catarina, mas que definiu normas específicas para a capital.

4.3 Prefeitura da cidade de Florianópolis (administração municipal)

A prefeitura de Florianópolis, por sua vez, fez, no dia 13 de março, sua primeira transmissão ao vivo pelo *Facebook* (Figura 13) para informar sobre as ações no combate à disseminação do Coronavírus na capital.

19

Figura 13: Fanpage Oficial da Prefeitura de Florianópolis



Fonte: <https://www.facebook.com/prefeituradeflorianopolis/>

As notícias eram veiculadas nas coletivas compostas pelo prefeito Gean Loureiro, seus secretários e equipe técnica, como também por pronunciamentos oficiais em que o prefeito se apresenta sozinho e faz uma síntese da situação no momento e das orientações de prevenção. Desde o início da pandemia, a prefeitura assumiu uma posição rígida com medidas bastante restritivas de circulação social e de controle do comportamento social, por vezes, medidas diferentes das anunciadas pelo Governo do Estado que já tinha interpretação para a Libras.

Por um longo tempo, as diretrizes lançadas pela prefeitura foram proferidas apenas em português. Assim, intérpretes da cidade vinculados à associação de intérpretes local (Acatils) passaram a interpretar voluntariamente esses pronunciamentos a fim de manter os surdos informados (Figura 14: ação do intérprete Tiago Coimbra Nogueira e Figura 15: ação do intérprete Mike Diano).

Figura 14: Interpretação extraficial voluntária do discurso do prefeito de Florianópolis



Fonte:

<https://www.facebook.com/angela.russo.399/videos/10217006310017327/UzpfSTE0NjcxNzAwNTQ6MTAyMjI5NTQzMjg0NzQ0OTc/>

20

A falta de política pública efetiva de acessibilidade permaneceu até o final do mês de abril. Os intérpretes se organizaram para não duplicar interpretações e tentar cobrir os principais materiais para a comunidade surda, trabalhando inclusive na gravação e edição dos vídeos como observado na página do *Facebook* e Mike Diano (Figura 15).

Figura 15: Interpretação extraficial voluntária do discurso do prefeito de Florianópolis

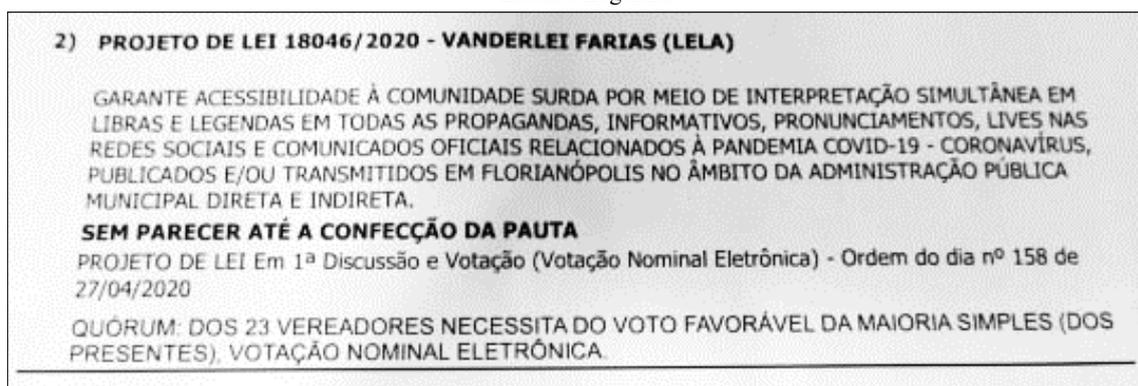


Fonte:

https://www.facebook.com/mikediano/videos/10216913374814026/UzpfSTE0NTUwMTEwMjk6MTAyMTY5MTM5NDASODgxODA/?_tn_=%2CdCH-R-R&eid=ARD3-w1RGp0akGmWfJ-_0bh4GJFLWR-YE1v58yAhW-tVcOLwIzYve2q-VJ6ik22-NJ69-fLGpWaOeVk&hc_ref=ARSGohjAqvGJBg7f2VqPE9Emi4FGFvkKkotQIFO00k12XfjM12pe0aBQeWjeWfTLwo&fref=nf

No dia 24 de abril, data comemorativa de uma grande conquista da comunidade Surda, dia Nacional da Libras, a presidente da Associação de Surdos de Florianópolis, Sandra Lúcia Amorim, proferindo palavras de luta, confirma que a comunidade surda precisa estar atenta para garantir seus direitos⁷. A referida associação já estava em articulação com a câmara de vereadores de Florianópolis exercendo seu papel mediante a solicitação de medidas de acessibilidade às informações oficiais, contribuindo para a construção de um projeto de lei municipal. Alcançaram, no dia 28 de abril, a aprovação do Projeto de Lei nº 18.046/2020, de autoria do vereador Vanderlei Lela (Figura 16) que assegura a inclusão e acessibilidade à comunidade surda de Florianópolis, por meio de intérpretes de Libras e legendas em todas as propagandas, informativos, pronunciamentos, *lives* nas redes sociais e comunicados oficiais da Prefeitura de Florianópolis e da Câmara Municipal sobre a pandemia do Coronavírus.

Figura 16: Projeto de Lei nº 18.046/2020 – Acessibilidade à comunidade surda por meio de Interpretação Simultânea de Libras e Legendas



Fonte: http://www.cmf.sc.gov.br/sites/default/files/ordem_do_dia_27-04-2020_-_adendo.pdf

Assim, a comunidade surda, depois de um longo período, teve a primeira coletiva do prefeito interpretada pelos intérpretes da cidade, funcionários da própria prefeitura, que foram designados para essa tarefa. Conforme vemos na Figura 17, o intérprete Mike Diano e Muyara Santos, não está mais na janela editada posteriormente, mas ao lado do prefeito na transmissão ao vivo.

Figura 17: Interpretação Oficial do discurso do prefeito de Florianópolis



Fonte: <https://www.facebook.com/prefeituradeflorianopolis/videos/273681176987794/>

22

Paralelo a esse fato, a Acatils, representação local dos tradutores e intérpretes, e a Febrapils organizaram oficinas endereçadas às emissoras de telecomunicação na tentativa de garantir a acessibilidade já assegurada por lei. Os jornais televisivos no território nacional não atendem à legislação, com exceção do jornal da TV Cultura⁸ e o jornal da TV INES (<http://tvines.org.br/>) que já contemplam a acessibilidade em Libras na sua programação. Assim, os surdos ficaram restritos a poucas fontes de informação com Libras, geralmente veiculando notícias de São Paulo e Rio de Janeiro quando de matérias específicas.

A luta linguística da comunidade surda ganha adeptos. No entanto, muitas vezes, quem deveria seguir à risca não compreende a importância e ignora as orientações, agora legais, sobre direitos linguísticos, de acessibilidade em Libras e legenda. É o caso, por exemplo, do prefeito de Florianópolis cobrado publicamente (Figura, 18) por não respeitar a nova legislação municipal.

Figura 18: Mensagem para prefeito Gean Loureiro



Fonte: <https://www.facebook.com/LelaVereador/videos/3315099878540550/>

Nesse contexto, por iniciativa de TILS que compõem a comunidade surda, cria-se uma página no *Facebook* para concentrar informações traduzidas para a Libras. Angela Russo e Luiz Dinarte em um vídeo inicial convocam os colegas TILS de todo o Brasil para colaborar com o grupo. Destaca-se que os dois são tradutores/intérpretes da UFRGS, funcionários públicos e pertencentes à comunidade surda.

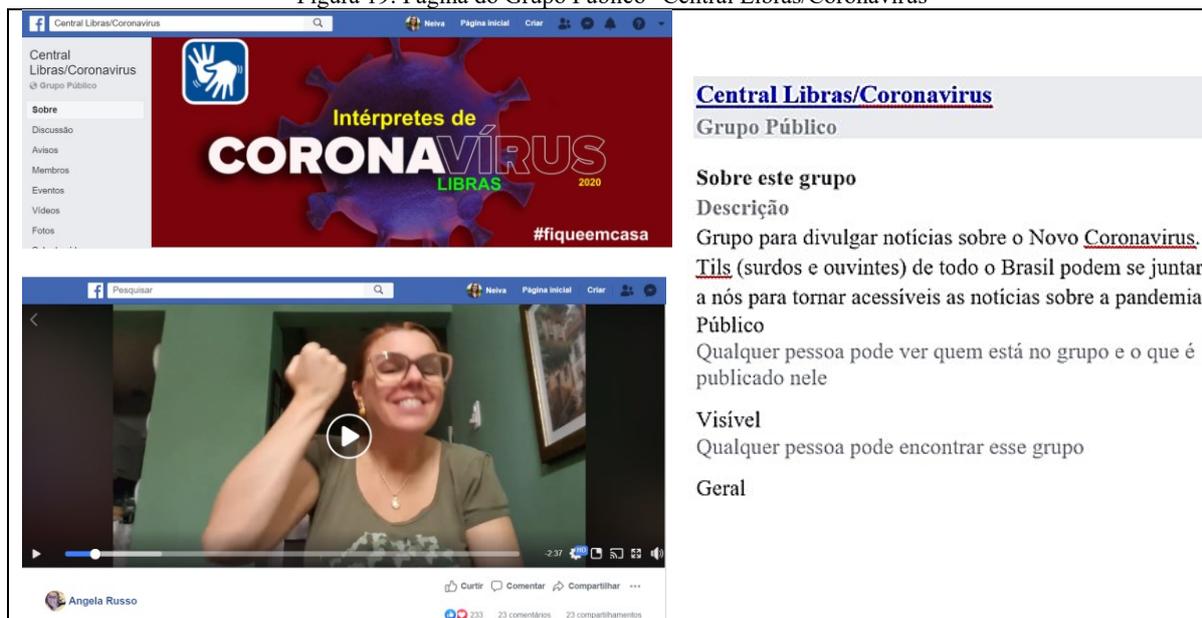
Imaginamos que seria importante traduzir as informações sejam elas da TV ou da internet, por exemplo, se um surdo ler uma notícia e não compreender pode mandar para nós [...] é importante que os intérpretes profissionais do Brasil que queriam ajudar, que aceitem de forma voluntária interpretar e que os surdos que tenham dúvidas que estão recebendo que nos mande. Assim, como um grupo unido, surdos e intérpretes possamos fazer a divulgação desse material [...]. Espero que os intérpretes profissionais aceitem trabalhar conosco. Esse é um momento grave no Brasil.[...] Um abraço a todos [...] (Convite Dinarte Luiz - tempo do vídeo de início 0'39").

[...] Eu e o colega Luiz Dinarte tivemos uma ideia melhor com foco no estado aqui divulgar informações sobre o Coronavírus. O objetivo do grupo é que cada intérprete de diferentes cidades do Brasil que produzirem vídeos possam disponibilizar nesse grupo o vídeo, divulgando assim para a comunidade surda, para que os vídeos não fiquem separados. Isso porque estamos em um momento que tem muitas informações novas, continuamente temos novas descobertas. Então, será necessário muito trabalho de interpretação. Para vocês intérpretes que queiram se unir a nós, fiquem à vontade. Este é um grupo aberto (Convite Angela Russo - tempo do vídeo de início 1:05).

23

Os idealizadores tiveram a contribuição de muitos profissionais surdos e ouvintes do Brasil, não só traduzindo informações oficiais, como também memes, vídeos que circulavam em redes sociais e até a explicação de *Fake News*. É importante destacar que o convite tocou muitos tradutores, mas essa iniciativa e ação foi desenvolvida paralela a ineficaz ação governamental. Dessa forma, constituiu-se genuinamente uma política de baixo para cima, o trabalho voluntário garantiu o acesso em Libras a uma gama de informações, inclusive às informações do governo que deveriam estar disponíveis em Libras.

Figura 19: Página do Grupo Público “Central Libras/Coronavírus



Fonte: <https://www.facebook.com/groups/918648301921031/>

24

O *Facebook* é um espaço público de uso comum da comunidade surda (Albres et al., 2015). Nesse espaço, os discursos de solidariedade vão se constituindo, se reverberando e tomando outros corpos e outras vozes, às vezes no centro, muitas vezes à margem.

Constatamos ações locais, regionais e nacionais em que reverberam relações de alteridade na comunidade surda. A atividade de tradução e de interpretação é concebida como discurso e como ação, como um ato ético e comprometido com uma comunidade, minoria linguística. Cada profissional que se envolveu nesses diversos projetos colocou-se na relação dialógica com o outro e sua ação/tradução serviu em prol da transformação da realidade. Na relação tradutória e interpretativa por excelência, dialogicamente, constroem-se políticas linguísticas e políticas tradutórias, também de baixo para cima como as apresentadas neste artigo. Diferentes profissionais envolvidos com a Libras doaram seu tempo e seu trabalho, e no processo de interação em que suas posições valorativas participaram de forma singular e social na transformação da paisagem linguística.

Essas ações de traduções podem ter resultados diferenciais dependendo do contexto social, político e econômico dos sujeitos surdos. Apontam-se três fatores diferentes de impacto dessas ações de tradução e interpretação: 1) considerações focadas na confiança dos surdos para com os intérpretes que lideram essas ações e que prestam os serviços de confiança ética e de competência tradutória; 2) acesso aos bens como a internet; e 3) relações ideológicas por trás de

padrões de forças sociopolíticas que compartilham interesses e que os levem a não acreditar na gravidade do Coronavírus, classificando-o apenas como uma “gripezinha”.

As políticas vindas do povo refletem lutas linguísticas. Concordamos com Tollefson (2013) que as políticas linguísticas que emanam das "bases" (normalmente de baixo para cima) têm como princípio potencialmente corrigir as desigualdades de poder.

5 Considerações finais

Neste trabalho, observamos que o cenário linguístico é reconfigurado pela ação pessoal, pelo trabalho voluntário e pelo comprometimento dos TILS com a comunidade surda, que dão prosseguimento a uma luta histórica para essa minoria linguística. Esse cenário escancara a desigualdade social e demonstra como o poder público em diferentes níveis segue mantendo os surdos à margem ao negar o seu direito linguístico.

Este estudo de uso social da Libras em momento singular da crise de saúde e econômica em decorrência da pandemia do Coronavírus revela padrões de política linguística essencialmente distintas nas diferentes instancias governamentais do Brasil. Constatou-se que em todos eles os sujeitos surdos foram prejudicados em comparação à população ouvinte, tendo em vista a inexistência de política linguística, mesmo que emergencial nesse contexto.

Análises de cada nível de governo (federal, estadual e municipal) também evidenciam discrepâncias significativas – e divergentes – entre políticas de cima para baixo e baixo para cima. Contudo, pode-se afirmar que a ação dos TILS no Brasil com ações políticas de baixo para cima, ou seja, que surgem da comunidade, da concepção de linguagem como um direito essencial são representativas do papel ativo e responsivo desses sujeitos na linguagem.

Fazendo uso dos recursos que possuíam, os TILS tomam a iniciativa de interpretação de jornais com *lives* simultâneas, de tradução de materiais e de edição de vídeos sobrepondo tradução audiovisual da língua de sinais (TALS) aos mais diversos vídeos compartilhados nas redes sociais. Ou seja, uma ação coordenada e colaborativa que corrobora para o entendimento da comunidade surda como uma rede colaborativa e que coloca a Libras como centralidade nas suas ações.

É nessa perspectiva que tratamos, em termos de construção simbólica, de políticas linguísticas, seja pela ausência ou tardia ação da política governamental, concebida como de cima para baixo. Evidenciamos, principalmente, a construção de uma política linguística de baixo para cima, especialmente a partir do engajamento de TILS e de pessoas surdas para esse fim.

Verificamos indivíduos e instituições, não governamentais em sua grande maioria, comprometidas com o coletivo e fazendo uso na esfera pública, não mais na ocupação das ruas para protestos, mas se apropriando dos espaços virtuais, das redes e mídias sociais para forçar e mudar a realidade atual, pressionando às administrações públicas em diferentes instâncias a alterar suas políticas de acessibilidade e inclusão social. Nesse artigo, por questões metodológicas nos concentramos em uma região do país. No entanto, sabemos que a comunidade surda em diferentes estados do Brasil tem atuado fortemente para mudar essa realidade, em especial, no cenário atual instaurado pela pandemia do Coronavírus.

Agradecimentos

Agradecemos ao colega pesquisador Tiago Coimbra Nogueira pela leitura e contribuições. Agradecemos à CAPES pela concessão de financiamento para pesquisa, bolsa de doutorado da segunda autora.

REFERÊNCIAS

26

- Albres, N. A., Santiago, V. de A. A., & Lacerda, C. B. F. (2015). Interações em redes sociais e as representações sobre a liderança da comunidade surda em textos verbo-visuais. *Calidoscopio*, 13, 201-209.
- Angel, N. (2020). “O isolamento é maior para nós”: surdos enfrentam dificuldades na comunicação com máscaras. *globo.com G1-DF*. <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2020/05/06/o-isolamento-e-maior-para-nos-surdos-enfrentam-dificuldades-na-comunicacao-com-mascaras.ghtml?fbclid=IwAR3KdBqJ9SIGCsvxoImyff01sDEGnUNYbFVPszbVTrsV6gyKhkzFKVx0MyM>.
- Bakhtin, M. (2015). *Teoria do romance I: a estilística* (P. Bezerra, Trad., prefácio, notas e glossário; S. Botcharov e V. Kójinov, Org. edição russa). Editora 34.
- Bakhtin, M. (2016). O texto na linguística na linguística, na filologia, e em outras ciências humanas: um experimento de análise filosófica. In M. Bakhtin. *Os gêneros do discurso* (P. Bezerra, Org. Trad. Posf. & Notas). Editora 34. (Trabalho original publicado em 1959-1961)
- Bakhtin, M. (2017) Por uma metodologia das ciências humanas. In M. Bakhtin. *Notas sobre literatura, cultura e ciências humanas*. (P. Bezerra, Org. Trad. Posf. & Notas) Editora 34, 2017 [1930-40], p. 57-79.
- Bassnett, S., Lefevere, A (1990). (Orgs.). *Translation, history & culture*. Printer Publishers.
- Ben-Rafael, E., Shohamy, E., Amara, M. H., & Trumper-Hecht, N. (2006). Linguistic

landscape as a symbolic construction of the public space: the case of Israel.
Internacional Journal of Multilingualism, (3)1, 7-30.

Calvet, J. L. (2007). *As políticas linguísticas*. Ipol; Parábola.

Decreto nº 515, de 17 de março de 2020a. (2020, 17 março). Declara situação de emergência em todo o território catarinense, nos termos do COBRADE nº 1.5.1.1.0 - doenças infecciosas virais, para fins de prevenção e enfrentamento à COVID-19, e estabelece outras providências.
https://www.sc.gov.br/images/Secom_Noticias/Documentos/VERS%C3%83O_ASSI_NADA.pdf.

Decreto nº 521, de 19 de março de 2020b. (2020, 19 março). Acresce os arts. 3º-A e 3º-B ao Decreto nº 515, de 2020, que declara situação de emergência em todo o território catarinense, nos termos do COBRADE nº 1.5.1.1.0 - doenças infecciosas virais, para fins de prevenção e enfrentamento à COVID-19, e estabelece outras providências.
https://www.sc.gov.br/images/DECRETO_521_ASSINADO.pdf.

Decreto nº 7.387, de 09 de dezembro de 2010. (2010, 10 dezembro). Institui o Inventário Nacional da Diversidade Linguística e dá outras providências.
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7387.htm.

Decreto-Lei nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. (2006, 23 dezembro). Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm

27

Denzin, N. K., & Lincoln, Y. S. (Orgs.), (2006). *O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens* (2ª ed.). Artmed.

Federação Brasileira das Associações dos Profissionais Tradutores e Intérpretes e Guia-Intérpretes de Língua de Sinais-Febrapils (2020a). *Carta aberta com orientações aos Tradutores, Intérpretes, e Guia-intérpretes de todo o país a respeito da COVID-19 – novo Coronavírus*.
<https://drive.google.com/file/d/1UyDYiobkdVHe9DP9oEAJP4WqP1zUBJh8/view>.

Federação Brasileira das Associações dos Profissionais Tradutores e Intérpretes e Guia-Intérpretes de Língua de Sinais-Febrapils (2020b). *Diretrizes para a promoção do acesso à informação sobre saúde pública na(s) língua(s) de sinais nacional(is) durante a Pandemia do Coronavírus*. (H. B. Furtado, Trad.; Diretora regional).
https://drive.google.com/file/d/1bZeLgE1RML8tjoVNg8_JFYaNpMYyV0Hp/view.

Federação Brasileira das Associações dos Profissionais Tradutores e Intérpretes e Guia-Intérpretes de Língua de Sinais-Febrapils (2020c). *Nota Técnica Nº 004/2020. Nota Técnica sobre interpretação simultânea remota para a Língua Brasileira de sinais*.
<https://drive.google.com/file/d/1Zap62uLDTJ7TPKnDedaO9Z0k0I0rmvWf/view>.

Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos-Feneis (2019). *Nota pública sobre os direitos de atendimento na saúde mediada por intérpretes*.

Flick, U. (2009). *Introdução à pesquisa qualitativa* (3ª ed.). Artmed; Bookman.

Garcez, P. de M., Schulz, L. (2016). ReVEL na Escola: do que tratam as políticas linguísticas. *ReVEL*, v. 14, n. 26, 2016
<http://revel.inf.br/files/1fc4077482ba3d206870ef1299923a0f.pdf>

Hult, Francis M. (2018). Chapter 17: Language policy and planning and linguistic landscapes. James W. In J. W. Tollefson, & M. Pérez-Milans (Eds.), *The Oxford Handbook of Language Policy and Planning* (pp. 333-351). Oxford University Press.

Institui o Inventário Nacional da Diversidade Linguística e dá outras providências.
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7387.htm.

Lei n. 10.098, de 19 de dezembro de 2000. (2000, 20 dezembro). Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/110098.htm.

Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. (2002, 25 abril). Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências.
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm.

28 Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015. (2015, 6 julho). Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm

Minayo, M. C. de S. (2002). *Teoria método e criatividade* (21ª ed.). Vozes.

Ministério da Educação. Secretaria de Alfabetização e Diversidade (2014). Relatório sobre a Política Linguística de Educação Bilíngue – Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa do Grupo de Trabalho, designado pelas Portarias nº 1.060/2013 e nº 91/2013 do MEC/SECADI.
<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?down=56513>.

Mishler, E. G. (2002). Narrativa e identidade: a mão dupla do tempo. In L. P. da M. Lopes; & L. C. Bastos. *Identidades: recortes multi e interdisciplinares*. Mercado de Letras.

Nascimento, V., & Nogueira, T. C. (2019). Tradução audiovisual e o direito à cultura: o caso da comunidade surda. *PERcursos Linguísticos*, (9)21, 105-132.
<http://periodicos.ufes.br/percursos/article/view/23740/18392>.

Projeto de Lei nº 18.046 (2020). Garante acessibilidade à comunidade surda por meio de interpretação simultânea em libras e legendas em todas as propagandas, informativos, pronunciamentos, *lives* nas redes sociais e comunicados oficiais relacionados à pandemia covid-19 - coronavírus, publicados e/ou transmitidos em Florianópolis no âmbito da administração pública municipal direta e indireta.
https://www.cmf.sc.gov.br/sites/default/files/ordem_do_dia_27-04-2020_-_adendo.pdf

Saldanha, P. (2009). *Routledge Encyclopedia of Translation Studies* (2th. ed.). Routledge; Kindle.

Shohamy, E. (2006). *Language policy: Hidden agendas and new perspective*. Routledge.

Spolsky, B. (2004). Language practices, ideology and beliefs, and management and planning. In B. Spolsky. *Language policy*. (pp. 1-15). Cambridge University Press.
https://www.cambridge.org/core/books/language-policy/language-practices-ideology-and-beliefs-and-management-and-planning/341F6E8E06566AB7E5B99810F92DC886_

Spolsky, B. (2016). Para uma teoria de políticas linguísticas. *ReVEL*, (14)26. (P. Petry, Trad.; P. M. Garcez, Rev. téc.; www.revel.inf.br).
<http://revel.inf.br/files/f69d74cdefbd9c6efb801010f2ac8b13.pdf>.

Tollefson, J. W. (2013). Language policy in a time of crisis and transformation. In J. W. Tollefson (Ed.). *Language policies in education: Critical issues* (pp. 11-34). Routledge.

Volóchinov, V. N. (2017). *Marxismo e Filosofia da Linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem* (S. Grillo, & E. V. Américo, Trad., notas & glossário). Editora 34.

Volochínov, V. N. (Círculo de Bakhtin). (2019). Estilística do discurso literário I: O que é linguagem/língua (1930). In V. N. Volochínov. *A palavra na vida e a palavra na poesia. Ensaios, artigos, resenhas e poemas* (pp. 234-265). (S. Grillo, & E. V. Américo, Org., Trad., Ensaio introdutório e notas). Editora 34.

World Federation of the Deaf-WFD / World Association of Sign Language Interpreters-WASLI. (2020). *Directrices para proporcionar acceso a la información de salud pública en lengua de señas nacionales durante la pandemia del Coronavirus*.
<https://drive.google.com/a/anilsec.org/file/d/1X1xKS8UKCognpweFmZSib6wOuLBLP6W1k/view?usp=drivesdk/> https://wasli.org/cat_news/providing-access-to-public-health-information.

¹ [...] that is, between Linguistic Landscape elements used and exhibited by institutional agencies which in one way or another act under the control of local or central policies, and those utilized by individual, associative or corporative actors who enjoy autonomy of action within legal limits. (Ben-Rafael et al., 2006, p. 10).

² “The presence (or absence) of specific language items, displayed in specific languages, in a specific manner, sends direct and indirect messages with regard to the centrality versus the marginality of certain languages in society” (Shohamy, 2006, p. 110)

³ “Of language policy: language practices (habitual language choices and norms for interaction), language beliefs or ideology (situated values about languages), and language choice in signage, and extrapolating language ideologies from visually projected linguistic relations” (Spolsky, 2004, p. 14)

⁴ LPP may relate directly and explicitly to LL when policies and planning specifically aim to manage public language use (Backhaus, 2009). The relationship may also be indirect, for example, when one can trace ideologies from general language policies to the configurations of language use on signage even when policy is not directly aimed at LL or when visual language use in LL becomes habituated to the point here norms become de facto policy (Shohamy, 2006, pp. 110-114, Spolsky, 2009, p. 252).

⁵ A Tradução Audiovisual Acessível (TAVa) quando atende a comunidade surda em Libras é conhecida como Janela de Libras ou legenda de Libras. Nascimento e Nogueira (2019) propuseram a mudança de termos para tradução audiovisual da língua de sinais (TALS), esperando, com isso, amadurecer e acompanhar os estudos no campo da Tradução Audiovisual (TAV). Esclarecemos que, no caso das situações analisadas neste artigo, o termo TALS, em referência à janela de Libras, abrange tanto a gravação automática da interpretação simultânea nas conferências transmitidas, quanto a atividade de tradução e edição de material audiovisual pré-existente em que a janela de Libras é inserida posteriormente.

⁶ Fonte: <https://www.gazetadopovo.com.br/republica/santa-catarina-compra-respiradores-policial/>

⁷ Veja em https://www.facebook.com/asgf.deflorianopolis/?__tn__=%2Cd%2CP-R&eid=ARCQW2csHylXbdRFjtSAAkf2XdsjZPIL_BHhjT-UMcnpplrLZzKSgnWMT3nFJ70bdJS3CUSTOwUMqSLr.

⁸ A TV Cultura além do telejornal tem em seus programas de entrevistas como o Roda Viva e Entretenimento a interpretação simultânea e com trabalho em equipe.